



PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES: NOVA ERA OU TENDÊNCIA EFÊMERA?

ROSIMERY ALVES DE ALMEIDA; DAMIANA ANITYANNE ANDRADE SOUSA;
THAYNARA MAIZA ANDRADE MORAIS; ROSILEI PERES DE OLIVEIRA

RESUMO

O objetivo deste estudo é explorar o uso das Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde, identificando as oportunidades e os desafios para sua integração. Adotou-se, pois, uma abordagem qualitativa, por meio de uma revisão sistemática da literatura, selecionando 14 artigos da base SciELO, conforme diretrizes e critérios robustos que garantem rigor metodológico e validade. Os estudos enfatizam a importância dessas práticas, destacando seu potencial para promover a saúde integral e a autonomia de usuários. Contudo, desafios como os modelos de financiamento do SUS dificultam sua implementação efetiva, tornando a capacitação de profissionais de saúde essencial. Apesar dessas barreiras, a integração das práticas no SUS é percebida como uma direção promissora para um cuidado mais humanizado e integral, exigindo suporte institucional e políticas de saúde adequadas para assegurar sua sustentabilidade e eficácia. A questão central sobre se essas práticas representam uma nova era ou apenas uma tendência passageira é necessária na discussão de sua crescente inclusão no Brasil. Diante da demanda por abordagens de cuidado mais holísticas, é fundamental investigar se essa mudança sinaliza uma transformação duradoura no sistema de saúde ou se trata de uma modificação efêmera. A aceitação dessas práticas pela população e a disposição de profissionais da saúde em integrá-las ao cotidiano revelam um potencial para redefinir a relação entre cuidadores e usuários, promovendo uma saúde mais integral e humanizada. No entanto, a falta de capacitação e a fragilidade institucional ainda podem limitar essa evolução, levantando questões críticas sobre a sustentabilidade e a real eficácia no contexto da saúde pública.

Palavras-chave: Saúde Pública; Atenção Primária em Saúde; Saúde da Família; Abordagens terapêuticas; Profissionais de saúde.

1 INTRODUÇÃO

A adoção de Práticas Integrativas e Complementares (PICs), que inclui práticas como, por exemplos, acupuntura e meditação, nos sistemas de saúde tem sido lenta, particularmente na atenção primária, devido a vários desafios de implementação (Chang et al., 2020). O yoga é outra prática, que usa posturas corporais, meditação e técnicas de respiração, demonstrando ter muitos benefícios à saúde (Hampton; Bartz, 2021).

No Brasil, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), implementada em 2006, formalizou a inclusão de diversas PICs no Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo um acesso mais amplo a essas terapias (BRASIL, 2006).

Dito isto, a literatura aponta que muitos profissionais de saúde demonstram interesse em aplicar essas práticas, mas, frequentemente, carecem de formação adequada sobre estas (Oliveira et al., 2020). Essa lacuna no conhecimento pode limitar a capacidade desses profissionais em oferecer cuidados integrados e completos, fundamentais para o fortalecimento

do vínculo entre o SUS e a população.

O contexto cultural brasileiro, caracterizado por uma diversidade de práticas e saberes, exige uma reflexão crítica sobre como as PICs podem ser efetivamente integradas na APS através de estudos que indiquem a relação da vivência entre saúde e doença, visto que é moldada por fatores sociais e culturais, que devem ser considerados na formação e atuação dos profissionais de saúde. Além disso, a aceitação dessas práticas pela população pode ser impulsionada por sua busca por cuidados mais holísticos e pela insatisfação com o modelo biomédico tradicional. Dessa forma, a inserção das PICs no SUS respeita a pluralidade cultural e, também, pode contribuir para a desmedicalização do cuidado e para a promoção da saúde de forma mais abrangente. O objetivo deste estudo é explorar os usos das práticas integrativas e complementares, identificando as oportunidades e desafios para sua integração na APS, através de uma revisão sistemática da literatura.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa, estruturando-se como uma revisão sistemática da literatura com o intuito de explorar as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) implementadas por profissionais nos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica. Este estudo foi meticulosamente conduzido em conformidade com as diretrizes do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), assegurando um rigor metodológico que fundamenta a validade das conclusões obtidas.

A opção por uma abordagem qualitativa emerge da necessidade de aprofundar a compreensão acerca não apenas do uso das PICS, mas também da sua eficácia. O escopo temporal da análise abrange publicações dos últimos dez anos, permitindo uma reflexão contemporânea sobre as evidências científicas disponíveis, com ênfase em artigos redigidos nas línguas inglesa, espanhola e portuguesa.

A seleção dos artigos foi criteriosamente restringida àqueles que são de acesso aberto e gratuito, sendo a base de dados SciELO escolhida em razão de sua relevância e abrangência no campo da saúde. Os descritores utilizados na busca — “Complementary Therapies AND Primary Health Care AND Family Health” — foram cuidadosamente selecionados para refinar os resultados e direcionar a pesquisa a estudos que tratassem especificamente do objeto em questão.

A triagem inicial resultou em 26 trabalhos. O processo de seleção foi estruturado em três etapas distintas: (1) leitura dos títulos para eliminar estudos que não se mostravam pertinentes; (2) análise dos resumos para assegurar que o conteúdo estivesse alinhado com a temática proposta; e (3) leitura crítica dos artigos selecionados. A exclusão foi baseada em critérios rigorosos, como duplicação, irrelevância temática e metodologias inadequadas.

Após a fase de seleção, procedeu-se à extração dos dados relevantes, considerando aspectos como objetivos, métodos, resultados e implicações práticas, além dos desafios identificados pelos autores. A coleta de dados foi realizada por meio de um formulário padronizado e a tabulação foi executada utilizando Microsoft Excel®, garantindo uma organização sistemática e uniforme das informações.

Os resultados foram, então, sintetizados e organizados por temas, permitindo a identificação de tendências emergentes e contribuições na área. Para assegurar a credibilidade das conclusões, uma avaliação da qualidade dos estudos incluídos foi realizada, levando em conta a clareza dos objetivos, a adequação da metodologia, a robustez dos dados e a relevância das implicações. Estudos que apresentaram limitações metodológicas significativas foram considerados de menor impacto na análise final.

Durante todo o processo da revisão sistemática, os princípios éticos foram rigorosamente respeitados, garantindo que todas as fontes fossem devidamente citadas e que as

ideias de outros autores fossem representadas de forma justa e precisa. Dos 26 artigos inicialmente identificados, 14 foram selecionados após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. Essa amostra consistiu em trabalhos que apresentaram dados completos e metodologias bem delineadas, adequadas para uma análise sistemática. A análise dos dados foi concluída em outubro de 2024.

Dessa forma, os dados foram organizados e sistematizados, assegurando a validade e a confiabilidade dos resultados da revisão, além de possibilitar a replicabilidade deste estudo, cujos achados serão apresentados e discutidos nas seções subsequentes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos de Silva et al. (2024) e Queiroz, Barbosa e Duarte (2023) abordam a relevância das PICS na APS, destacando seu potencial para promover a saúde e o cuidado integral. Silva et al. (2024) enfatizam que as PICS podem resgatar a autonomia do usuário, promovendo uma relação mais horizontal entre profissionais de saúde e esses usuários, em que os usuários se tornam coautores no processo de cuidado, fortalecendo a integralidade dos serviços de saúde e estimulando a adoção de estilos de vida saudáveis, contribuindo para a reflexão sobre experiências de adoecimento.

Por outro lado, Queiroz, Barbosa e Duarte (2023) ressaltam os desafios enfrentados para a implementação efetiva dessas práticas, particularmente em um contexto de “desfinanciamento” do SUS. Embora a oferta de tais práticas esteja alinhada às diretrizes dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (Nasf-AB), a falta de financiamento e apoio institucional limita sua expansão e a formação de profissionais. A combinação das perspectivas desses estudos revela a necessidade de políticas públicas que reconheçam a importância das PICS e garantam os recursos necessários para sua plena integração na APS, assegurando que possam desempenhar um papel efetivo na promoção da saúde e no cuidado dos usuários.

Spindola et al. (2023) enfatizam que as PIC oferecem um cuidado ampliado, enquanto Mildemberg et al. (2023) ressaltam o fortalecimento do vínculo com os pacientes e a promoção da saúde. Nesse sentido, a formação e a capacitação de profissionais de saúde, especialmente enfermeiros, são necessárias para a implementação eficaz das PIC, inclusive diante da falta de divulgação e ações formativas, percebidas como barreiras à aplicação dessas práticas no cotidiano da APS (Spindola et al., 2023; Mildemberg et al., 2023).

Spindola et al. (2023) enfatizam que as PIC são uma resposta proativa às necessidades dos usuários e profissionais, Mildemberg et al. (2023), os achados de Mildemberg et al. (2023), por sua vez, ressaltam a importância das PIC na APS, destacando que as políticas públicas do SUS têm promovido visibilidade e condições de formação para que os profissionais familiarizem-se com essas práticas.

A análise dos artigos de Gomes et al. (2022) e Soares, Pinho e Tonello (2020) revela uma convergência em torno da importância das PIC na promoção da autonomia e do cuidado integral. Esses estudos (Gomes et al., 2022; Soares; Pinho; Tonello, 2020) destacam como as PIC contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos cuidadores e usuários, enfatizando o apoio emocional proporcionado por grupos terapêuticos e dada a relevância dessas práticas para a resolutividade e cuidado à saúde. Além disso, há um reconhecimento comum dos desafios enfrentados na implementação das PIC, incluindo a escassez de recursos e profissionais capacitados, bem como a necessidade de maior divulgação e regulamentação de tais práticas, o que é fundamental para a eficácia das políticas públicas voltadas para a saúde.

Dessa forma, as PICs, no contexto do SUS, são permeadas tanto por desafios da sua implementação quanto por benefícios que estas podem proporcionar para a promoção da saúde (Barbosa et al., 2020; Dalmolin; Heidemann, 2020). Barbosa et al. (2020) enfatizam que, apesar do crescimento das PICs, a falta de institucionalização e sustentabilidade das políticas de saúde

impedem seu fortalecimento e adequado monitoramento. A fragilidade da oferta das práticas, muitas vezes dependentes de profissionais individuais e sem apoio da gestão, resultando em uma política vulnerável, caracterizada pela descontinuidade. Por outro lado, Dalmolin e Heidemann (2020) destacam o potencial das PIC para resgatar a essência do ser humano e ampliar a compreensão dos profissionais sobre a integralidade no cuidado, sugerindo que essas práticas podem servir como um antídoto contra a medicalização excessiva e o uso abusivo de medicamentos.

Entretanto, as perspectivas dessas duas últimas obras (Barbosa et al., 2020; Dalmolin; Heidemann, 2020) diferem em seu foco e abordagem. Enquanto Barbosa et al. (2020) concentram-se nas limitações estruturais e institucionais que dificultam a implementação das PIC no SUS, ressaltando a necessidade de apoio gerencial para que as práticas tornem-se parte da política de saúde do Estado, Dalmolin e Heidemann (2020) adotam uma abordagem mais humanista e filosófica, enfatizando a transformação que as PIC podem proporcionar na percepção dos profissionais e na relação com os usuários. Essa diferença de ênfase entre os desafios operacionais e a visão holística do cuidado enriquece a discussão sobre as PIC, indicando que, para a sua efetividade, é necessário suporte institucional e mudança na cultura e na formação dos profissionais de saúde.

Os achados das pesquisas de Norman e Tesser (2020) e de Lima et al. (2018) abordam a integração das PIC e Terapias e Cuidados Médicos (T&CM) no contexto da saúde contemporânea, destacando sua relevância e o potencial de superação das divisões tradicionais entre a medicina biomédica e outras abordagens de cuidado. Esses estudiosos (Norman; Tesser, 2020; Lima et al., 2018) enfatizam a importância de uma estrutura organizacional que permita a convergência entre diferentes racionalidades médicas, propondo um modelo que combina avaliação de risco clínico com a competência dos médicos de saúde da família para contextualizar casos individuais.

Complementarmente, Lima et al. (2018) exploram como as PIC, especialmente as práticas de autocuidado como o uso de plantas medicinais, são utilizadas por Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para melhorar o bem-estar de suas comunidades. Esse estudo destaca, ainda, a importância cultural das plantas medicinais e a necessidade de impulsionar sua inserção no SUS. Além disso, percebeu-se que fatores sociodemográficos influenciam o uso de práticas como homeopatia e quiropraxia, revelando desigualdades no acesso e na prática dessas terapias. Assim, a autopercepção negativa de saúde, por sua vez, indica que os ACS recorrem às PIC como um mecanismo de enfrentamento. Desse modo, a eficácia das PIC e T&CM, é essencial à mudança na estrutura organizacional, na formação de profissionais e no reconhecimento das raízes culturais e das necessidades de saúde das populações atendidas (Norman; Tesser, 2020; Lima et al., 2018).

Fabrizio et al. (2018) exploram o processo de gestão do cuidado para pacientes com Doença de Devic, ressaltando a importância de um trabalho multidisciplinar entre a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o NASF. Esse estudo (Fabrizio et al., 2018) evidencia que a utilização de PIC pode ser uma estratégia eficaz na busca por cuidados não farmacológicos, de baixo custo e efetivos, conforme a avaliação positiva dos pacientes. Contudo, os autores supracitados apontam uma lacuna na literatura sobre o cuidado em nível ambulatorial para doenças degenerativas e desmielinizantes, sugerindo a necessidade de novas pesquisas focadas nesse contexto.

Nesse sentido, Zeni et al. (2017) analisam o uso de remédios caseiros, especialmente plantas medicinais, entre usuários do SUS em Blumenau – Santa Catarina, Brasil, demonstrando que, apesar de serem menos utilizadas que a medicina convencional, as plantas medicinais continuam a ser uma alternativa terapêutica significativa, especialmente para mulheres com idade mais avançada. No entanto, os autores (Zeni et al., 2017) alertam sobre os riscos do uso sem orientação médica, enfatizando a necessidade de conscientização sobre

possíveis interações com medicamentos alopáticos. Esses resultados indicam, ainda, a importância de integrar o conhecimento popular sobre plantas medicinais nas diretrizes das PIC. Destarte, percebe-se que há convergência na valorização das PIC como alternativas terapêuticas viáveis dentro da APS, mas também há a necessidade de uma abordagem integrada que combine conhecimentos tradicionais e práticas modernas, enfatizando a colaboração multidisciplinar e a conscientização dos usuários (Zeni et al., 2017; Fabrizio et al., 2018).

Sousa e Tesser (2017) discutem a crescente presença da medicina tradicional e complementar no SUS, destacando a necessidade de uma abordagem estratégica para sua expansão além das diretrizes gerais da PNPIC, argumentando que, apesar das experiências existentes, a inserção dessas práticas é ainda errática e deve ser estudada e valorizada para gerar visibilidade e aprendizado institucional.

Por outro lado, Thiago e Tesser (2011) abordam a aceitação e o interesse crescente de médicos e enfermeiros pela inclusão das PIC na atenção primária à saúde, apontando que, embora a biomedicina ainda domine, há uma demanda crescente por práticas complementares devido a insatisfações com métodos convencionais e as qualidades percebidas nas terapias complementares, como a integralidade e o humanismo. No entanto, esse estudo (Thiago; Tesser, 2011) também destaca a falta de capacitação e o desconhecimento entre os profissionais, o que pode limitar sua implementação eficaz no SUS.

A discussão sobre as PIC na APS revela um diálogo entre os diversos autores estudados. Silva et al. (2024) ressaltam a importância das PIC para promover a autonomia dos usuários, enquanto Queiroz, Barbosa e Duarte (2023) enfatizam os desafios de implementação em um cenário de desfinanciamento do SUS. Spindola et al. (2023) e Mildemberg et al. (2023) concordam que a capacitação dos profissionais é necessária, alinhando-se à visão de Gomes et al. (2022) e Soares, Pinho e Tonello (2020), que destacam a melhoria da qualidade de vida que essas práticas podem proporcionar.

Barbosa et al. (2020), bem como, Dalmolin e Heidemann (2020) trazem à tona a fragilidade institucional e a necessidade de uma abordagem mais humanista, evidenciando a importância de apoio gerencial para o seu fortalecimento. Norman e Tesser (2020) e Lima et al. (2018) propõem uma integração entre diferentes racionalidades médicas, sugerindo que essa convergência pode enriquecer o cuidado. Fabrizio et al. (2018) e Zeni et al. (2017) apontam para o uso de remédios caseiros, especialmente plantas medicinais, como uma alternativa viável, enquanto Sousa e Tesser (2017) discutem a necessidade de uma estratégia de expansão para as PIC no SUS. Por fim, Thiago e Tesser (2011) destacam o crescente interesse dos profissionais de saúde por essas práticas, sinalizando uma mudança de paradigma que deve ser apoiada por políticas públicas adequadas. Essa troca de ideias indica que, embora existam desafios, a integração das PIC no SUS é uma direção promissora para um cuidado mais integral e humanizado.

Se as PICs relacionam-se a uma nova era ou apenas uma tendência passageira é um questionamento central para a discussão sobre a sua crescente inclusão na APS no Brasil. Enquanto a demanda por abordagens de cuidado mais holísticas e personalizadas cresce, é fundamental analisar se essa mudança representa uma transformação duradoura no sistema de saúde ou trata-se de uma modificação efêmera. A aceitação dessas práticas pela população e a disposição de profissionais de saúde em integrá-las ao seu cotidiano evidenciam um potencial significativo para redefinir a relação entre cuidadores e usuários, promovendo uma saúde mais integral e humanizada. No entanto, desafios como a falta de capacitação profissional e a fragilidade institucional podem limitar essa evolução, levantando questões críticas sobre a sustentabilidade e a real eficácia das PICs no contexto da saúde pública.

4 CONCLUSÃO

A análise das PICs no contexto da APS evidencia um panorama multifacetado que

reflete tanto as oportunidades quanto os desafios para sua efetiva implementação no SUS. A crescente aceitação dessas práticas por parte da população e dos profissionais de saúde indica uma mudança nas expectativas em relação ao cuidado em saúde, buscando abordagens que valorizem a integralidade e a humanização.

Os estudos revisados apontam que as PICs podem contribuir à promoção da saúde e na melhoria da qualidade de vida dos usuários, mas observa-se a importância de promover uma relação mais horizontal entre profissionais e usuários, em que os últimos tornam-se protagonistas de seu processo de cuidado. No entanto, a efetividade dessa relação ainda enfrenta barreiras significativas, como o desfinanciamento e a falta de capacitação profissional.

Sugestões para futuras pesquisas incluem a avaliação quantitativa da eficácia dessas práticas na APS, a investigação das experiências de profissionais de saúde na sua implementação e a análise do impacto cultural na sua aceitação. Além disso, é fundamental desenvolver modelos de formação continuada e estudar a integração multidisciplinar entre profissionais. As limitações do estudo incluem o escopo restrito a artigos dos últimos dez anos, a variabilidade metodológica, a falta de estudos longitudinais e a concentração em regiões específicas do Brasil, o que pode limitar a generalização dos resultados.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, F. E. S.; GUIMARÃES, M. B. L.; SANTOS, C. R.; BEZERRA, A. F. B.; TESSER, C. D.; SOUSA, I. M. C. Oferta de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Estratégia Saúde da Família no Brasil. *Cad. Saúde Pública*, v. 36, n. 1, 2020.

BRAYNER, A. R. A.; MEDEIROS, C. B. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: USP, p. 16-29, 1994.

BRASIL. Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. República federativa do Brasil, 2006.

CHANG, E. T.; OBERMAN, R. S.; COHEN, A. N.; TAYLOR, S. L.; GUMM, E.; ARDIAN, A. S.; TOY, S.; REVOTE, A.; LEWKOWITZ, B.; YANO, E. M. Increasing Access to Medications for Opioid Use Disorder and Complementary and Integrative Health Services in Primary Care. *J Gen Intern Med.*, v. 35, p. 918-926, 2020.

DALMOLIN, I. S.; HEIDEMANN, I. T. S. B.; Integrative and complementary practices in Primary Care: unveiling health promotion. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, v. 28, 2020.

FABRIZIO, G. C.; GONÇALVES JÚNIOR, E.; CUNHA, K. S.; KAHL, C.; SANTOS, J. L. G.; ERDMANN, A. L. Gestão do cuidado de um paciente com Doença de Devic na Atenção Primária à Saúde. *Rev. esc. Enferm.*, v. 52, 2018.

GOMES, A. V. T. M.; FLORENTINO, E. D. V.; OLIVEIRA, M. S.; SILVA, T. R.; SOUZA, J. A. Caring for caregivers: encouraging intervention activities as a learning strategy in medical internship. *Rev. bras. educ. med.*, v. 46, n. 01, 2022.

HAMPTON, A.; BARTZ, M. Therapeutic Efficacy of Yoga for Common Primary Care Conditions. *WMJ*, v. 120, n. 4, p. 293-300, 2021.

LIMA, C. A.; SANTOS, A. M. V. S.; MESSIAS, R. B.; COSTA, F. M.; BARBOSA, D. A.;

SILVA, C. S. O.; PINHO, L. BRITO, M. F. S. F. Integrative and complementary practices: use by community health agents in self-care. *Rev. Bras. Enferm.*, v. 71, 2018.

MILDEMBERG, R.; PAES, M. R.; SANTOS, B. A.; DALMOLIN, I. S.; BRUSAMARELLO, T. Práticas Integrativas e Complementares na atuação dos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde. *Esc. Anna. Nery*, v. 27, 2023.

NORMAN, A. H.; TESSER, C. D. Following McWhinney's footsteps: from family medicine to traditional and complementary medicine. *Interface*, v. 23, 2019.

SILVA, P. H. B.; ZAMBELLI, J. C.; BARROS, L. C. N.; OLIVEIRA, E. S. F. Práticas Integrativas e Complementares para promoção de saúde na Atenção Primária na Região Metropolitana de Goiânia. *Physis*, n. 34, 2024.

SOARES, R. D.; PINHO, J. R. O.; TONELLO, A. S. Diagnóstico situacional das Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde do Maranhão. *Saúde debate*, v. 44, n. 126, 2020.

SOUSA, I. M. C.; TESSER, C. D.; Medicina Tradicional e Complementar no Brasil: inserção no Sistema Único de Saúde e integração com a atenção primária. *Cad. Saúde Pública*, v. 33, n. 1, 2017.

SPINDOLA, C. S.; DUARTE, L. E.; MACIEL, A. M. M.; SOUSA, L. A. Oferta de práticas integrativas e complementares por profissionais do Núcleo Ampliado de Saúde da Família: reafirmando o cuidado integral e holístico. *Saude soc.*, v. 32, n. 3, 2023.

QUEIROZ, N. A.; BARBOSA, F. E. S.; DUARTE, W. B. A. Uso das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde por profissionais dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica. *Physis*, v. 33, 2023.

THIAGO, S. C. S.; TESSER, C. D.; Percepção de médicos e enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família sobre terapias complementares. *Rev. Saúde Pública*, v. 45, n. 2, 2011.

ZENI, A. L. B.; PARISOTTO, A. V.; MATTOS, G.; HELENA, E. T. S. Utilização de plantas medicinais como remédio caseiro na Atenção Primária em Blumenau, Santa Catarina, Brasil. *Ciênc. saúde colet.*, v. 22, n. 8, 2017.